

ATA DA 481ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Ana Paula Kayamori de Oliveira, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. O Presidente iniciou a sessão às 09h50min, encaminhando a ata da 479ª e 480ª sessões ordinárias para deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. Noticiou o falecimento do funcionário da Defensoria Geral, Sr. Edivan de Sá Ferreira, que prestou serviços junto à Chefia de Gabinete por sete anos. Comunicou que, conforme dito em sessões anteriores, em razão da greve dos servidores sobre a questão remuneratória, achava necessário esclarecer o cenário vivenciado pela instituição. Nesse sentido, relatou o cenário crítico de déficit orçamentário, mesmo após a medida de contingenciamento e resgate de verba diferida, além de questões judiciais que fragilizava o cenário político institucional. Informou que, após três meses do início de sua gestão, a crise está sendo minimizada aos poucos, tendo esperança de que haja suplementação orçamentária, que demanda prioridade atualmente, sem menosprezar as demais questões. Comentou que a Defensoria Geral mantém a articulação política junto ao Governo e outras instituições, visando o aprimoramento da institucional. Apontou que, caso não tenha suplementação orçamentária em setembro, infelizmente a instituição não terá recursos para as despesas de custeio, inclusive gastos com o convênio com a OAB a partir do mês de outubro. Contudo, mostrou que qualquer reivindicação por parte das entidades de classe, apesar de legítimas, deveria ser contextualizado com o cenário de dificuldade financeira, que afeta todo o país, pois lembrou que, no ano passado, quando houve o envio do anteprojeto de lei, a Defensoria Pública não dispunha de lastro financeiro para cobertura do projeto. Apontou que, após conversas com o Governo do Estado, houve a devolutiva de que o pleito estava comprometido, sendo necessário o complemento de um aporte de mais 40 (quarenta) milhões, além de outros 102 (cento e dois) milhões para cobrir o déficit orçamentário, mas apontou que, até o presente momento, o Governo não havia sinalizado qualquer possibilidade de reajuste. Nesse sentido, externou que diante do cenário atual o reajuste dos Defensores e Servidores havia sido inserido na proposta orçamentária de 2017, a qual foi aprovada pelo Conselho Superior e será encaminhada à Assembleia Legislativa pelo Governo do Estado. Avaliou que a greve promovida pela Associação dos Servidores dificulta as negociações com o executivo, pois acarretou dificuldade nesta semana, inclusive a aprovação do substitutivo apresentado pelo Deputado Campos Machado. Criticou as estratégias e discursos adotados pela entidade de classe, inclusive instrumentalizar a sociedade civil em prol da associação dos servidores, e apontou ser um equívoco vincular a qualidade do atendimento como uma premissa a questão remuneratória. Em seguida, franqueou a palavra ao Assessor Parlamentar da Defensoria Geral, Dr. Antonio Maffezoli, que prestou informações sobre as articulações político-institucionais, e relatou o diálogo com os líderes de partidos e governo na Alesp, que haviam sinalizado que seria inviável a aprovação do projeto de lei complementar nº 58/15, diante da ausência de respaldo político e orçamentário. Considerou prejudicial o discurso desagregador e de comparações entre as carreiras, especialmente no que tange ao noticiado pela imprensa. Por fim, considerou improfícua a manifestação promovida pela entidade de classe, pois causou incomodo aos usuários da Defensoria, diante da utilização de instrumentos como buzina no local onde é realizado o atendimento institucional. Em seguida, sem comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Defensor Samuel Friedman, Coordenador da Regional da Infância e Juventude. Ele informou que havia protocolado um pedido de normativa para regulamentação de trabalho extraordinário, que decorre de decisões externas à Defensoria Pública. Justificou que o pedido decorre de relatos dos Defensores da Unidade em que atua, pois há excesso de trabalho decorrente de decisões externas à instituição, prejudicando a qualidade do atendimento. Em seguida, o Presidente franqueou a

palavra ao próximo inscrito, Sr. Vanderlito Raimundo Ramos da Silva, Representante da Sociedade Civil. Ele informou que retornava ao Conselho Superior, pois não tinha recebido o retorno de sua demanda, que retratava a violação de direitos nos centros de acolhida, tendo órgãos políticos que se mostravam indiferentes à violência. O Presidente deu a devolutiva de que a demanda havia sido encaminhada ao Núcleo de Direitos Humanos, por se tratar de uma demanda coletiva. Em seguida, franqueou à palavra a Sra. Maria Helena Tobar Mariucci, Assistida. Ela apontou que é usuária dos serviços da instituição, e narrou sua percepção sobre o atendimento da instituição, considerando que havia progredido, mas que ainda não tinha sido atendida por um Defensor Público, mas por advogados dativos. Relatou problemas relacionados ao seu imóvel, carecendo novamente de atendimento, avaliando ser possível indicar o mesmo advogado dativo para atuação em seu favor, pois conhecia de sua demanda. Sugeriu que várias demandas de um mesmo indivíduo fosse distribuído ao mesmo advogado, a fim de evitar diversas nomeações, o que causa gasto desnecessário à instituição. O Presidente deu à devolutiva, pedindo que a interessada conversasse com o Assessor Cível da Defensoria Geral, Dr. Alvimar Virgílio, que esteve presente à sessão, de modo que pudesse avaliar o melhor encaminhamento para a demanda apresentada. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra à servidora Maria Cristina Salerno, que transferiu a sua fala à Coordenadora Geral da Associação dos Servidores. O Presidente concedeu e franqueou a palavra, à servidora Érica Meireles, Representante da Associação dos Servidores. Consigna-se que a próxima inscrita, servidora Ana Beatriz Teixeira Iumatti, que cedeu à palavra à Representante da Associação dos Servidores. O Presidente alertou que, a fim de garantir o direito de fala àqueles que se inscrevem, nas próximas sessões não permitirá a cessão de fala a outrem, visando organizar os trabalhos do Conselho Superior, que possui regimento interno. Assim, franqueou a palavra à Representante da Associação dos Servidores, Érica Meireles. Ela proferiu a leitura de uma nota publicada na época da greve dos Defensores Públicos em meados de 2009, destacando que na paralisação, somente casos urgentes foram atendidos. Lamentou ter ouvido negativas por parte da administração, e sinalizou que, há cerca de um ano, desde o início da articulação política na Alesp a entidade de classe vem sendo recebida por diferentes grupos políticos e reconhecida por todas as lideranças da Casa. Informou que, na última terça-feira, havia sido franqueada a palavra à Associação dos Servidores no Colégio de líderes, no qual aventou a possibilidade de discussão do percentual de reajuste em plenário, e apontou que o Secretário Adjunto da Casa Civil havia sinalizado positivamente, inclusive o líder do PSDB havia sugerido a aprovação do Congresso de Comissões para análise do substitutivo, sendo apoiado pelas demais lideranças. Colocou que estava à disposição para discutir valores do reajuste, mas soube que a administração havia apresentado uma proposta de negociação à Casa Civil. Nesse sentido, criticou a postura da Administração Superior, pois os servidores almejam participar da construção das alternativas para sair da crise. Relatou ainda que a manifestação dos servidores na porta do atendimento inicial da Capital havia sido de forma pacífica, sinalizando que os servidores em greve tentaram entrar no prédio, mas foram barradas, ao contrário de como foram recepcionados pelo público, que ouviam o pleito e recebiam o panfleto da associação. Afirmou que em momento algum o atendimento havia sido prejudicado, pois a manifestação tinha sido feita com responsabilidade na porta da Defensoria Pública, certificando que sempre que alguma pessoa de algum grupo vulnerável passava pela manifestação a sonorização de buzinas cessavam em respeito. Lamentou a ameaça a respeito do corte de ponto, bem como a ausência de participação da entidade de classe na negociação do reajuste. Por fim, mencionou que os servidores aguardam um posicionamento da administração, no que tange a carta de reivindicação, que aborda o reajuste salarial, jornada de trabalho, uso de viaturas, horas extras, entre outros pleitos, e assim, avaliou que se tivesse o retorno demonstraria uma posição de respeito da administração em prol do servidor. Em seguida o Presidente franqueou a palavra à servidora Ana Carolina Cabral Lopes de Freitas, Agente de Psicologia. Ela cedeu a palavra à Representante da Associação dos Servidores, Safira de Oliveira Bonilha. Ela criticou a postura do Presidente, manifestando ser um direito da pessoa passar sua fala a quem entende que possa melhor representa-la, e acrescentou que o tempo de cinco minutos é curto, justificando ceder sua fala a outra pessoa de forma a concluir a linha de raciocínio. Pediu que a administração revisse a forma de encarar a manifestação dos servidores, e afirmou que a associação não faz qualquer tipo de constrangimento aos usuários da Defensoria. Considerou perigoso afirmar que a associação

estivesse instrumentalizando os movimentos sociais, pois a entidade não busca esse caminho, e apontou que teve conhecimento de que alguns Coordenadores têm sugerido aos usuários a fazerem reclamações formais na Ouvidoria, caracterizando a instrumentalização contra o movimento dos servidores. Com relação a buzinação, sinalizou que o objetivo da manifestação é dar visibilidade ao pleito e disseminar a informação à população. Após as manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a fala da Associação dos Servidores, considerou que a situação dos servidores está longe do almejado, mas afirmou que a administração superior empreende esforços, lembrando que em 2013 os oficiais tinham recebido 63% (sessenta e três por cento) de reajuste, demonstrando que a valorização dos servidores é uma preocupação constante da administração. Afirmou que a administração sequer havia apresentado uma proposta ao Executivo, e pontuou que o Governo tinha sinalizado que os servidores do Ministério Público estavam prevendo reajuste na ordem de 7% (sete por cento), tentando emplacar um reajuste maior aos servidores da Defensoria Pública. Porém, relatou que não houve qualquer indicação concreta sobre o caso, mas reiterou o compromisso de apresentar qualquer mudança de cenário as entidades de classe, caso a proposta fosse discutida junto ao executivo. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. Com relação a elaboração de normativa de política institucional, o Conselheiro Luiz Eduardo concordou com a necessidade de regulamentação diante de decisões externas, visando trazer segurança na atuação dos Defensores Públicos, e avaliou que as soluções tomadas, até o presente momento, foram pontuais. O Ouvidor Alderon Pereira mostrou a importância de que a administração apontasse qual a possibilidade de solução em favor dos Defensores da Regional Infância e Juventude. A Corregedora-Geral, Ana Paula Kayamori narrou que esteve no atendimento inicial da Capital, quando havia presenciado a manifestação dos servidores com buzinação, além de presenciar a recusa de registro de reclamação por parte de um servidor da Ouvidoria Geral, alegando que a Coordenação não dava ordens naquele espaço. Relatou que, diante da recusa do funcionário, tomou a frente do atendimento e colheu a reclamação de três usuários. Apontou que está havendo excessos na manifestação dos servidores, e relatou que será aberto um expediente no âmbito da Corregedoria-Geral para apurar tais excessos. Considerou ser legítima a reivindicação dos servidores, mas pediu tolerância para que os usuários da Defensoria não fossem prejudicados. O Conselheiro Luiz Eduardo considerou que, neste cenário econômico, qualquer reajuste parece inviável, tanto para os Defensores, quanto para os Servidores. Avaliou que em épocas de greve fossem evitados abusos nas manifestações, pois após o período todos terão que conviver no mesmo ambiente, podendo se tornar complicada se houver agressões. No entanto, reconheceu que a situação dos servidores, que sofriam com o aumento da inflação, mas declinou não ser favorável à cisão dos projetos de reajuste dos vencimentos, justificando que todos devem receber uma remuneração justa, e considerou que o erro foi encaminhar o projeto sem recursos para honrar em caso de aprovação. Com relação a manifestação do Defensor Público Samuel Friedman, quando mencionava a necessidade de normativa clara como deve ser tratado em momentos de crise, devendo ser previamente definido, causando segurança jurídica aos Defensores Públicos. O Conselheiro Horácio Xavier prestou condolências à família do motorista Edivan de Sá. Mostrou a importância de adentrarem novamente na discussão do processo CSDP nº 086/15, que trata dos critérios de atendimento, visando criar outras medidas para diminuir os gastos de forma transparente. Com relação ao pleito dos servidores, comentou que a valorização da instituição deve ser realizada como um todo, e discordou da cisão institucional trazida pela entidade de classe, ressaltando que não há distinção entre Servidores e Defensores, e sim grau de importância da atribuição de função, de modo que houvesse o crescimento conjunto, devendo caminharem juntos. O Conselheiro Leandro Loss apresentou um breve levantamento do índice de 25,42% (vinte e cinco, quarenta e dois por cento) de inflação, desde último aumento de Defensores e Servidores, que está na ordem de 25% (vinte e cinco por cento). Considerou a situação grave para todos, avaliando que a divisão interna é prejudicial ao fortalecimento da instituição, e ponderou que, se mantida, acarretará a recorrência em anos futuros. Por fim, reiterou a necessidade de realizar sessões extraordinárias do Conselho Superior, a fim de tratarem de questões relevantes e prioritárias à carreira, pois as reuniões ordinárias não há tempo para discutirem. O Conselheiro Alexandre Orsi considerou que a ruptura demonstra que a instituição possui problemas internos, tendo a impressão de que se houvesse escolha apenas os servidores

teriam reajuste. Nesse sentido, considerou importante definir-se através de ato normativo sobre quais atribuições urgentes os servidores não poderiam deixar de fazê-los em épocas de greve. Por fim, pediu explicações da Ouvidoria sobre a situação relatada pela Corregedora-Geral, acreditando não ter sido uma orientação da Ouvidoria. O Conselheiro Julio Tanone considerou possível unir esforços para superar os entraves, e demonstrou que, se houve abuso do direito de greve, que o episódio não se repita mais. Assim, sugeriu que o Conselho Superior recomendasse à Corregedoria Geral a realização de inspeção, de modo que trouxesse o resultado para análise do Colegiado. O Conselheiro Lucio Mota considerou sensível a questão orçamentária da instituição, sendo uma preocupação de todos, e narrou que os Defensores Públicos da União possuem salários maiores que o dos Defensores Públicos do Estado de São Paulo. Avaliou ser necessário pensar na reforma da Deliberação CSDP nº 89, e sugeriu que a Ouvidoria-Geral apresentasse uma proposta, visando dar celeridade nas discussões de forma transparente e madura. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira prestou solidariedade ao pleito dos servidores, mas ponderou que os métodos utilizados são incompreensíveis, pois os usuários estavam sendo prejudicados. Lamentou que houvesse greve dos servidores, e se colocou à disposição para mediar o diálogo e tentar colaborar com as discussões. Com relação a situação narrada pela Corregedora-Geral, abordou que, no momento do incidente, havia uma única servidora em atendimento na sala da Ouvidoria, que havia entendido o procedimento equivocadamente, mas logo que havia tomado conhecimento do ocorrido, orientou a fim de equacionar o problema. Nesse sentido, solicitou uma conversa com a Corregedoria para tratar do ocorrido. Apontou que o atendimento deve ser prioridade da instituição, e ressaltou que não identifica qualquer instrumentalização dos movimentos sociais em prol dos servidores, pois estes sabem o que devem ou não apoiar. O Conselheiro Octavio Bueno externou ser favorável ao aumento do salário dos oficiais, mas discorda da cisão entre as carreiras como está sendo desenhada em notas da entidade de classe, e avaliou como agressiva a fala da associação. O Conselheiro Horácio Xavier comentou ter observado a redução do número de Defensores Públicos atuando nos Centros de Integração da Cidadania (CIC), e indagou quais os critérios utilizados para a medida, aventando alguma questão financeira ou econômica levada em consideração para que essa medida fosse adotada. A Conselheira Fabiana Zapata relatou que, durante reuniões com a Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, a pasta havia demonstrado dificuldades em manter os computadores à disposição dos Defensores nos Centros de Integração da Cidadania. Na oportunidade, externou que muitos Defensores não possuem notebooks para utilização em trabalhos externos, e nesse sentido, relatou que houve a necessidade de realizar mudanças baseadas nos relatórios enviados pelos próprios Defensores Públicos à Corregedoria Geral. O Conselheiro Horácio Xavier questionou sobre as tratativas com o convênio da OAB, que está em fase de renovação. O Conselheiro Alexandre Orsi informou que, na última terça-feira, havia sido procurado para tratar de assuntos relativos às Varas de Execuções Criminais na cidade de Campinas, e soube que haveria reuniões das Segunda e Terceira Subdefensorias para tratar do assunto. A Conselheira Ana Paula pediu um aparte, informando que esteve em reunião nesta semana no Tribunal de Justiça, e citou que, na oportunidade, os Desembargadores Assessores entregaram uma decisão do órgão especial do Tribunal de Justiça, que determina que as guias de recolhimento fossem feitas manualmente e não por meio digital. Relatou que, diante da inviabilização de informações no sistema, os sistemas não conversam e com isso os Desembargadores estão com dificuldade de digitalizar os processos, mas os Defensores terão maior possibilidade de visualização dos autos de execução. Após, o Conselheiro Alexandre Orsi apontou que aguardaria os desdobramentos da reunião. O Conselheiro Julio Tanone mencionou sobre a atuação do Defensor Saulo Dutra de Oliveira, que atua na Unidade de Taubaté, na penitenciária em Potim. Relatou que houve uma rebelião na unidade, na última sexta-feira, com registro de feridos, e destacou a atuação do Defensor, que adotou diversas medidas em favor dos presos. Pontuou que o Defensor Saulo tinha tentado uma interlocução com a Coordenadoria de Comunicação para divulgação do trabalho, mas diante da inconclusão dos trabalhos, pediu que houvesse o relato no Conselho Superior. O Ouvidor Alderon Pereira informou que, na próxima segunda e terça-feira, será realizada uma audiência pública que discutirá o uso de agrotóxicos no Estado de São Paulo. O Conselheiro Octavio Ginez informou que era relator do processo de que trata a normatização de trabalho extraordinário, que decorre de decisões externas à Defensoria Pública, e informou que oportunamente dará o retorno ao interessado. Indagou o Presidente se em

conversas com as Secretarias Estaduais também era abordada a questão de reajuste aos Defensores Públicos. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano reforçou que fazia três anos que os Defensores também não tinham reajuste constitucional, aproximando o abismo entre a Defensoria Pública e as demais carreiras do judiciário. Nesse sentido, pediu que houvesse a elaboração de um cronograma para discutir o reajuste, relatando que houve parecer favorável no PLC nº 58/15 na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa. Relatou que, nesta semana, havia recebido uma fotografia de um escorpião na unidade de Presidente Prudente, e mostrou a importância de oferecer uma segurança aos membros daquele local. O Conselheiro Florivaldo manifestou que a Defensoria Geral vem se debruçando sobre a questão da Unidade Presidente Prudente, e relembrou que a mudança de prédio em Presidente Prudente é um pleito antigo dos Defensores. Relatou que, diante da questão orçamentária, há uma dificuldade em encontrar um imóvel adequado para instalação da Defensoria. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano solicitou o retorno da discussão do processo CSDP nº 435/16, que considerou ser necessária a regulamentação com urgência. Por fim, informou que havia agendado uma reunião com o Secretário de Justiça, Marcio Elias Rosa no próximo mês, a ser realizada no dia 15 de setembro, visando tratar da situação orçamentária da Defensoria Pública. Após, não havendo mais manifestações dos Conselheiros, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a manifestação de greve dos servidores, o Presidente informou que as Subdefensorias têm articulado junto aos Coordenadores das Unidades, visando definir as atribuições urgentes, e mencionou que cada unidade possui sua peculiaridade local. No entanto, frisou a necessidade de observar o percentual de 30% (trinta por cento) de servidores, a fim de validar o serviço prestado. Mostrou preocupação com a instrumentalização dos movimentos sociais, a fim de ser utilizado para acirrar uma disputa entre as carreiras de servidores e Defensores, e destacou que a força dos movimentos deve ser empreendida para o fortalecimento institucional. Por fim, mostrou a necessidade de evitar que as divergências continuem e acabem por acirrar os ânimos internos. Com relação a renovação do convênio com a OAB, o Presidente esclareceu que, a partir de outubro, deverá acontecer a renovação do convênio, mas apontou que a Assessoria de Convênios da Defensoria realiza a negociação dos termos com a Comissão de Assistência Judiciária da OAB. Relatou que está previsto contratualmente o reajuste do valor pago de acordo com a inflação, mas ressaltou que a Defensoria Geral empreende esforços para que fosse compreendida a inviabilização de reajuste neste ano. Contudo, apontou que a relação da Defensoria Pública com a OAB tem sido positiva, estando ambas abertas ao diálogo. Com relação ao PLC nº 58/15, o Presidente apontou que, desde o primeiro momento, sempre defendeu o reajuste para todas as categorias, e destacou que o cenário apresentado pelo Executivo era de inviabilização da aprovação do projeto tal como apresentado, pois a instituição precisaria de suplementação orçamentária para cobrir o próprio custeio da instituição. Justificou que o projeto substituto apresentado pelo Deputado Campos Machado, decorre do impacto orçamentário que cada um dos projetos poderia causar. No entanto, ponderou que não havia recebido a sinalização do executivo para qualquer um dos projetos, mas se recebesse, frisou que o valor não seria suficiente para alcançar os Defensores Públicos. Nesse sentido, mostrou ser necessário enfrentar o cenário, pois em nenhum momento, desistiu do pleito dos Defensores. Com relação ao cronograma, reforçou que na proposta orçamentária de 2017 há previsão de reajuste para os Defensores e Servidores, representando um desejo da Defensoria, mas ponderou que não há certeza se será contemplado na íntegra. Contudo, mostrou a importância de um trabalho conjunto, sendo pela Defensoria Geral, Assessoria Parlamentar e entidades de classe, visando a articulação junto ao Legislativo para aprovarem as emendas ao orçamento que atendam ao interesse institucional. Mencionou que, outra perspectiva, se houvesse melhoria na arrecadação do Fundo de Assistência Judiciária haveria um fôlego para pensar em ampliação da Defensoria e na valorização da carreira. Acrescentou que, diante das variáveis, a receita e as despesas dificultam o planejamento, citando que os gastos com a OAB variam mês a mês. Por fim, relatou que será avaliada a possibilidade de reajuste aos servidores, se houver algum saldo, mas esclareceu que não atingirá o previsto no PLC nº 58/15, sem esquecer o pleito dos Defensores. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente indagou os Conselheiros sobre a inversão e a exceção de processos, o qual foi deliberado a seguinte ordem: **CSDP nº 489/16 (excetuado a pauta)**. Interessados: Thiago Rogerio Silva Soares. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Pós-

Graduação em Direito do Trabalho", no período de 30 de agosto a 29 de novembro de 2016. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator justificou o pedido de exceção a pauta em razão do período do afastamento. Assim, leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o pedido formulado pelo interessado, em razão, apesar da excelência da instituição de ensino, da não comprovação da utilidade do curso para a Defensoria Pública do Estado. Consigna-se a Presidência foi substituída momentaneamente à Corregedoria Geral, em razão da ausência do Defensor Geral, Davi Depiné. A Presidente encaminhou para discussão O Conselheiro Horácio Xavier comentou que acompanharia o voto de relator tratando-se de afastamento para Defensor, todavia sendo para Servidor citou o artigo 38 da deliberação CSDP nº 111/09, quanto aos requisitos para fins de promoção para os servidores, tendo como requisito o curso de formação de graduação do mesmo. Exemplificou que os servidores com graduação em Tecnologia da Informação seria indeferido o afastamento para curso de pós-graduação em teatro. Todavia, citou que uma pós-graduação em Direito do Trabalho teria relevância institucionalmente, sobretudo, se o interessado se atuasse no Departamento de Recursos Humanos. Assim, discordou do voto do relator, e encaminhou para que fosse deferido o pedido do interessado. O Conselheiro Pedro Avellar acompanhou integralmente o voto do relator, e citou que para afastamentos dentro do horário de trabalho seriam possíveis somente estando dentro da área de atuação do servidor, considerando inviável o aprimoramento individual à custa da instituição. O Conselheiro Octavio Ginez discordou do voto do relator, e divergiu quanto a pertinência do curso para a instituição, concordando com os apontamentos advindos do Conselheiro Horácio Xavier. Após as discussões, a Presidência foi assumida pelo Defensor Geral, que encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, conhecer o pedido e indeferir o pedido de afastamento do interessado, nos termos do inciso VI do artigo 4º da Deliberação CSDP nº 321, de 22 de outubro de 2015. Vencido os Conselheiros Horácio Xavier Franco Neto e Octavio Ginez de Almeida Bueno, que votavam pelo deferimento do pedido. Consigna-se que o processo a seguir foi retirado de pauta, após as discussões, conforme consta. **CSDP nº 488/16**. Interessadas: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "III Encontro Estadual das Equipes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: Temas Transversais-Unidades e Núcleos em Relação - TURMA III", a ser realizado no dia 09 de setembro de 2016. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter o julgamento do processo em diligência para determinar a remessa dos autos à Coordenadoria Geral de Administração, a fim de que, com a urgência que o caso requer, consulte o sistema informatizado de controle de ponto e informe se os servidores indicados teriam aderindo ao movimento paredista, o que permite presumir o não comparecimento de evidenciar prejuízo ao aproveitamento do evento, ao menos na data inicialmente prevista. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar divergiu do voto do relator, salientando que se trata de evento da Edepe, e solicitou ao relator que revisse o voto, pois a normativa vigente havia sido atendida pelo proponente. O Conselheiro Julio Cesar esclareceu que o seu pedido de diligência decorria da greve de servidores, de modo que houvesse o indeferimento se restar um único servidor prejudicando o atendimento naquela unidade. O Conselheiro Alexandre Orsi considerou que o pedido traçará uma vertente diferente do que prevê a deliberação, e pontuou que a Coordenadoria Geral não teria condições de realizar uma sorologia do futuro. Nesse sentido, discordou do voto do relator, e diante do interesse institucional, votou pelo deferimento do afastamento encaminhado pela Edepe, com eventual responsabilidade de responder por afastamento indevido, se o caso. O Presidente informou da impossibilidade de avaliar a ausência ou a presença do Servidor ou Defensor na Unidade e exemplificou que tendo a Unidade 02 (dois) defensores, sendo um afastado para curso e o segundo não poder comparecer a Unidade para o atendimento, caberia ao Coordenador apontar as ausências e declinar o afastamento do Defensor, visando evitar prejuízos ao atendimento. O Conselheiro Alexandre Orsi manifestou que o percentual deve ser mantido nas unidades, mesmo diante da greve realizada pelos servidores, discordando da responsabilização ao Coordenador. O Conselheiro Pedro Avellar ponderou que, mesmo que houvesse a devolutiva do Departamento de Recursos Humanos, o entendimento do Colegiado não seria alterado, pois caso os Servidores estivessem em greve não significaria que seguiriam de greve até o dia o evento. O Conselheiro Luiz Eduardo sugeriu que

o relator diligenciou através de e-mail institucional ao Departamento de Recursos Humanos, visando sanar a dúvida, e inserir os autos na pauta da próxima sessão. O Conselheiro Julio Tanone concordou com o encaminhamento, e retomou o voto no sentido de, por cautela, solicitar informações ao Coordenador Geral de Administração, a fim de que, com a urgência que o caso requer, consulte o sistema informatizado de controle de ponto e informe se os servidores indicados estariam aderindo à greve. Após o consenso, o Presidente retirou o processo da pauta, prorrogando para a próxima sessão. CSDP nº 240/16. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a lista apresentada, realizando-se as comunicações de praxe. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista final de aprovados do certame, relativo ao mês de agosto de 2016, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 431/16. Interessado: Diogo Cesar Perino. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Araçatuba / Para: Município de Bauru). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de arquivar o feito, em razão da perda do objeto, diante da desistência do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência do interessado, arquivando-se os autos. CGDP CAEP nº 013/14. Interessado/a: Aline Munhoz Seixas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar os relatórios semestrais e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 1º e 2º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 064/14. Interessado/a: Leonardo Biagioni de Lima. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar os relatórios semestrais e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º e 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 068/14. Interessado/a: Leticia Marques de Avelar. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar os relatórios semestrais e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º e 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 089/14. Interessado/a: Rafaela Comunale Aleixo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar os relatórios semestrais e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º e 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 098/14. Interessado/a: Sun Yue. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar os relatórios semestrais e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º e 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 005/14. Interessado/a: Joyce Santos de Oliveira Palma Resende. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório semestral e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 3º

relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 036/14. Interessado/a: Debora Machado Cavalcante. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar os relatórios semestrais, e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º e 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 081/14. Interessado/a: Paula Manzella Romano. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar os relatórios semestrais, e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º e 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 001/15. Interessado/a: Danielle Mitie Kita. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório semestral, e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 1º relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a sessão foi encerrada as 13h26min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessadas: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas-Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que

regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do

Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessada: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessada: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-

base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessados: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 265/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2016. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. Revisora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. (CSDP nº). Interessado/a. (266/16). Felix Ricardo Nonato dos Santos. (268/16). Juliana Garcia Popic. (269/16). Janayna Lombisani. (270/16). Bruno Diaz Napolitano. (272/16). Amanda Pontes de Siqueira Taterka. (273/16). Priscila Simara Novaes. (274/16). Alexandre Pereira Soares. (275/16). Alessandra Pereira de Melo. (276/16). Debora de Vito Oriolo. (277/16). Luiz Rascovski. (278/16). Tatiana de Souza Kotake. (279/16). Jose Eduardo Mendes. (280/16). Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes. (282/16). Bruno Haddad Galvão. (283/16). Mario Lucio Pereira Machado. (284/16). Thais Helena de Oliveira Costa Nader. (285/16). Bruno Lopes de Oliveira. (286/16). Erika de Vasconcellos Lima Pompeo. (287/16). Wagner Ribeiro de Oliveira. (288/16). Ricardo Cesar Franco. (289/16). Luiz Eduardo de Toledo Coelho. (291/16). Carolina de Melo Teubl Gagliato. (292/16). Ana Paula Gaudencio de Figueiredo. (293/16). Frederico Teubner de Almeida Monteiro. (294/16). Tania Cristina dos Santos de Oliveira. (295/16). Felipe Pires Pereira. (297/16). Julio Cesar Tanone. (298/16). Paulo Eduardo Pereira Rodrigues. (299/16). Flavia Laet Ribeiro de Almeida. (300/16). Carolina Lot da Silva Nunes. (301/16). Bruna Simões Franca. (302/16). Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin. (303/16). Daniela Skromov de Albuquerque. (304/16). Leandro de Marzo Barreto. (305/16). Anisio Vieira Caixeta Junior. (306/16). Rodrigo Figueiredo de Oliveira. (307/16). Octavio Ginez de Almeida Bueno. (308/16). Phenelope Carvalho de Almeida. (309/16). Rafael de Souza Miranda. (310/16). Rosimery Francisco Alves. (311/16). Mariane Vinche Zampar. (312/16). Ana Rita Souza Prata. (313/16). Alvimar Virgilio de Almeida. (314/16). Gesanne Fonseca Gomes. (315/16). Amanda Polastro Schaefer. (317/16). Katia Cilene Oliveira Giraldi. (319/16). Tiago Augusto Bressan Buosi. (320/16). Viviane Oliveira Lourenço. (322/16). Lucio Mota do Nascimento. (323/16). Luciana de Oliveira Fernandes Fortes. (324/16). Regina Bauab Merlo. (325/16). Vanessa Boiati. (326/16). Thalita Veronica Gonçalves e Silva. (327/16). Betania Devechi Ferraz Bonfá. (329/16). Samanta Romano Tresinari Grangeiro. (332/16). Thais de Campos. (334/16). Maira Coraci Diniz. (335/16). Kareen Patricia Bandeira Pereira Ferreira. (336/16). Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga. (339/16). Samanta Cristina Lopez de Souza Ramos. (342/16). Angela de Lima Pieroni Detoni. (343/16). Jose Moacyr Doretto Nascimento. (344/16). Francisco Carlos Marques Matarezio. (353/16). Adele Aparecida Fernandes Morais. (355/16). Ana Paula Romani Lima Milanezi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange os processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 281/16. Interessada: Nádia Taffarello Soares. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral – vereador. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 290/16. Interessado: Thiago Santos de Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 394/16. Interessado/a: Thiago Thomaz Arias. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Oracle Grid Infrastructure 11G: Gerenciamento do clusterware e do ASM", a ser realizado no período de 12 a 13 de setembro de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU,

por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 401/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessados: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 435/16. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 439/16. Interessado: Willians Rocha Monteiro. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral estadual. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessados: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 465/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 467/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 468/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relator: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 008/14. Interessado/a: Daniela Franco Lara. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima

sessão. CGDP CAEP nº 045/14. Interessado/a: Fernanda Simoni. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 010/14. Interessado/a: Akira Koza Palmieiri. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 052/14. Interessado/a: Hamilton Neto Funchal. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 054/14. Interessado/a: Helena Lahtermaher Oliveira . Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 109/14. Interessado/a: Pedro Cavenaghi Neto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 003/14. Interessado/a: Gisele Souto Durante. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 075/14. Interessado/a: Mariana Carvalho Nogueira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 048/14 . Interessado/a: Guilherme Feccini Gaona. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 026/14. Interessado/a: Carla Battistetti Medeiros Basoli. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h26min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de 2016.



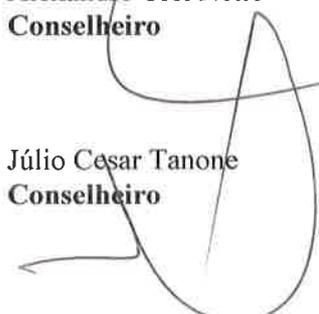
Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente



Fabiana Botelho Zapata
2ª Subdefensoria Pública-Geral



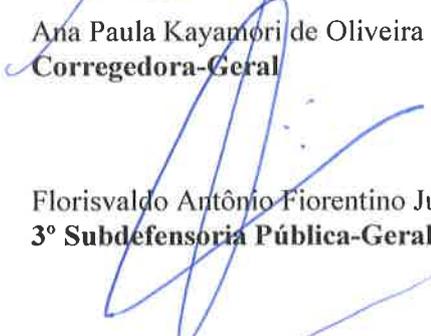
Alexandre Orsi Netto
Conselheiro



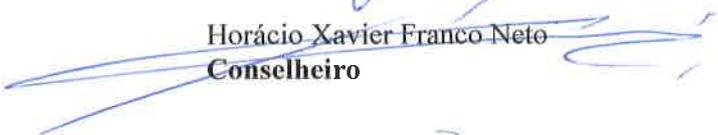
Júlio Cesar Tanone
Conselheiro



Ana Paula Kayamori de Oliveira
Corregedora-Geral



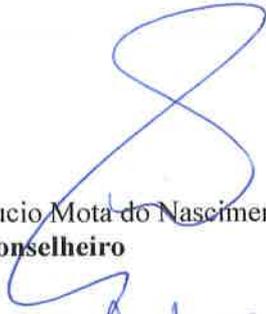
Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior
3º Subdefensoria Pública-Geral



Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro



Leandro de Col Loss
Conselheiro



Lucio Mota do Nascimento
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



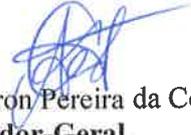
Leonardo Scofano Damasceno Peixoto
Representante da Apadep



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral